

Onde fica o Império Almorávida? Leituras divergentes na representação espacial do passado africano pela cartografia escolar¹

Maurício Waldman,
da Universidade de São Paulo, Brasil.
mw@mw.pro.br

Resumo: Repetidamente, a cartografia tem sido apresentada como uma disciplina técnica, fato que embora verdadeiro, não pode omitir uma outra verdade: a de que os mapas constituem imagens cuja construção envolve influentes injunções culturais e políticas. Enquanto tal essa matriz se reflete na interpretação dos espaços representativos de grupos, povos e culturas que se inserem num regime de estereótipos negativos junto ao pensamento ocidental. Em especial, essa assertiva é verdadeira para o continente africano. O texto que segue, avalia essa nuance com base na comparação de duas representações cartográficas do Império Almorávida: uma delas presente num Atlas escolar brasileiro e outra, procedente de um livro didático africano. As diferentes noções que secundam as duas imagens constituem um dos muitos demonstrativos do quanto a cartografia pode trabalhar regimes de sentido vinculados a formas dessimétricas que transitam em meio a diferentes grupos, refletindo paradigmas opostos e discrepantes entre si.

Palavras-chave: Cartografia escolar; percepção do espaço; imaginário ocidental; África negra; preconceito racial.

INTRODUÇÃO

Seguramente os mapas constituem relevantes peças denunciadoras do imaginário construído pelas civilizações relativamente à percepção do espaço. *Pari passu*, cumprem importante papel quanto à socialização dos dados territoriais e seu ordenamento por parte dos diferentes grupos humanos.

1. Texto elaborado como subsídio para Conferência proferida no XV Curso de Difusão Cultural "Introdução aos Estudos de África", promovido pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (CEA/USP). I Semestre de 2012.

Resgatando uma dita do geógrafo norte-americano Denis Cosgrove, tanto a paisagem quanto o mapa constituem palavras-chave da geografia. Ademais, na ponderação desse mesmo autor, conceitualmente ambos reclamam averbação cultural, o que os conecta, pois a modelos que inserem diversificado elenco de imagens mentais (COSGROVE, 2008:1).

Nesse sentido, note-se que os mapas constituem uma abstração da realidade. Sua elaboração está fortemente conotada pela seletividade dos dados que explicitam. Outrossim, inserindo códigos articulados a diferentes contextos sociais, culturais e políticos, as elaborações cartográficas refletem os modos como o espaço é percebido e vivenciado, repercutindo diretamente nas expectativas de grupos, povos e civilizações.

No mundo contemporâneo, um dos vetores privilegiados da cartografia são os mapas didáticos e/ou escolares. Enquanto ferramenta pedagógica, o mandato da cartografia escolar é modelar a percepção do espaço habitado, sendo a sala de aula o teatro privilegiado desse aprendizado espacial (WALDMAN, 1997 e OLIVEIRA, 1978).

Sequencialmente, o texto em curso insere tripla preocupação.

A primeira delas, seria pontuar a existência de um regime de estereótipos geográficas que secularmente incidem sobre o continente africano. Enquanto tal, essa inferência reporta de modo cabal ao universo da desqualificação dos africanos e da sua cultura. Ou seja: tem por marco mais amplo a questão do preconceito racial.

É mister sublinhar que as leituras negativas direcionadas contra a África pelo mundo ocidental são de longa data. De fato, as fabulações européias a respeito do continente são encontradas num variado leque de elaborações sócio-culturais. Podemos detectá-las desde as antigas noções greco-romanas identificando as regiões quentes como pátria de semi-monstros e de humanos embrutecidos, até as interpretações bíblicas que imputam uma maldição aos descendentes de Cam, identificados na Baixa Idade Média e na Idade Moderna com os negros africanos².

Um amplo rol de preconceitos dos europeus *vis-à-vis* aos povos de raça negra foi reforçado e reelaborado com a irrupção do tráfico negro e

2. No Antigo Testamento, Cam, um dos filhos de Noé, teria zombado do pai, recaindo sobre ele o anátema da escravidão (Gênesis, 9: 23-27). Por outro lado, *note-se que não consta nenhuma indicação bíblica de que Cam fosse negro*. Na realidade, Cam, na Bíblia, refere-se a um antepassado comum de povos extremamente diferentes entre si, incluindo grupos localizados na orla africana do Mar Vermelho, populações do Mediterrâneo, do Levante e da Mesopotâmia (Cf Gênesis, 10:6-20).

da escravidão colonial. Objetivamente, noções inferiorizando os africanos tiveram nítida associação com a expansão mercantilista, onde um ideário de cunho racista, desumanizando os africanos, tinha por meta precípua a legitimação da escravidão e por extensão, assegurar a reprodução econômica do sistema de *plantation* (HRBEK, 2011: 23).

No que constitui uma aferição indiscutível, a despeito de existirem visões estereotipadas cultivadas contra outros povos e regiões do Planeta, a África, mais do que qualquer outro continente, terminou encoberta por um véu de preconceitos que ainda hoje marcam os modos como ela é percebida (Cf ANJOS, 1989).

Nessa perspectiva, o continente, condenado ao papel de espaço periférico da humanidade e despojado de virtudes, além de ser considerado como desprovido de interesse para a civilização, seria igualmente alheio a ela, injunções que de resto, foram amplamente respaldadas pelos expoentes da chamada “grande intelectualidade européia”³.

Este empenho em subalternizar a totalidade do continente trouxe como resultado o comprometimento da compreensão da África, problemática que se mantém viva até os dias de hoje:

“Um dos efeitos políticos da distorção e da invisibilidade da África nas estratégias do sistema dominante é o lugar insignificante e secundário que foi dedicado à sua historiografia em todas as histórias da humanidade. As matrizes culturais e tecnológicas do continente africano foram as mais comprometidas pelo racionalismo científico e as estratégias de dominação, ocultação e apropriação dos saberes, contextos ainda não resolvidos neste início de século XXI.” (ANJOS, 2009:19)

Um segundo ponto pertinente à temática desse texto, atende ao fato matricial de que não é possível um entendimento do Brasil descartando-se o conhecimento do continente africano. Se em termos gerais a desqualificação da África constitui um fato grave em si mesmo, tal postura atinge as raias do paroxismo quando estamos nos referindo à realidade brasileira, toda ela perpassada por heranças culturais trazidas pelo homem africano. Na

3. Por exemplo, expressões de primeira grandeza do Iluminismo – tais como Voltaire (França), Hume (Escócia), Kant (Alemanha) e Jefferson (Estados Unidos) – mesmo enfatizando a universalidade da razão, negaram aos africanos e sua descendência a posse de capacidades literárias. Quanto ao filósofo alemão Georg Hegel, na sua compreensão a África sequer faria parte da história universal. Tratar-se-ia de um continente presente no espaço e no tempo físicos do planeta. Mas não no mapa ou na cronologia civilizacional da Humanidade (WALDMAN *et alli*, 2007: 23, APPIAH, 1997:84)

contramão, os vínculos mantidos com a África importam em razão de toda sorte de influências brasileiras que vicejaram no outro lado do Atlântico. Basta conferir:

“O Brasil é um país extraordinariamente africanizado. E só a quem não conhece a África pode escapar o quanto há de africano nos gestos, nas maneiras de ser e de viver e no sentimento estético do brasileiro. Por sua vez, em toda a outra costa atlântica podem-se facilmente reconhecer os brasileirismos. Há comidas brasileiras na África, como há comidas africanas no Brasil. Danças, tradições, técnicas de trabalho, instrumentos de música, palavras e comportamentos sociais brasileiros insinuaram-se no dia-a-dia africano. E comum que lá se ignore que certo prato ou determinado costume veio do Brasil. Como, entre nós, esquecemos o quanto nossa vida está impregnada de África. Na rua. Na praça. Na casa. Na cidade. No campo.” (COSTA E SILVA, 1994)

Em terceiro lugar, numa proposição agora atinente à geografia, a desqualificação da África se corporificou paralelamente em formas enviesadas pelas quais o continente foi trabalhado pela cartografia ocidental e antecipando uma das conclusões, uma vez claro que o mapa não se refere a uma imagem exclusivamente técnica, ele pode contribuir para com a perpetuação de estigmas, indissociáveis de uma engrenagem cultural de discriminação.

Como recorda o escritor Eduardo GALEANO, se a economia imperial saqueia as riquezas, a história oficial se apropria da memória e a cultura formal rouba a palavra, cabe à geografia tradicional usurpar o espaço alheio (1998).

A discussão dessa nuance, sugerindo a adoção de novas metodologias e o resgate da cidadania cartográfica de um continente inteiro, é o que segue adiante.

ÁFRICA, MODELOS DE DOMINAÇÃO E CARTOGRAFIA

Com base no que foi exposto, estaremos a seguir abordando um notório caso de omissão da representação de um Estado de base africana, o Império Almorávida, num material escolar brasileiro.

No caso, trata-se do *Atlas Histórico Escolar* (ALBUQUERQUE, 1983), uma edição de cartografia histórica cuja utilização foi tradicional durante muito tempo no ensino brasileiro de segundo grau.

De outra parte, o contraponto será a edição de *História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde* (PAIGC, 1975), material elaborado pelo Partido Africano

para a Independência da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde (PAIGC), agremiação política fundada por Amílcar Cabral, um dos líderes que encabeçaram a luta para colocar um ponto final na presença do colonialismo no continente.

Primeiramente, situemos alguns dados históricos sobre o foco central deste texto, a saber, a expansão dos almorávidas. O ano é 1030, quando se iniciou no Marrocos uma campanha religiosa com forte coloração política. Conduzida por Abdallah Ibn Yassin, sua meta era recuperar a influência que os berberes tinham perdido diante dos árabes. Sem obter audiência no país, Ibn Yassin migrou com um pequeno grupo para o Rio Senegal, onde fundou um movimento muçulmano fortemente proselitista, conhecido como almorávida⁴.

Em 1042, após converterem milhares de berberes saarianos e grupos negros da região do baixo curso do Senegal – o Tekrur – os almorávidas encetaram uma audaciosa *Jihad*. Qual seja: uma Guerra Santa. Em apenas 20 anos, esta os fez senhores de um vasto domínio, que se estendia das plagas sahelianas⁵ até o centro da península ibérica, incluindo todo *Al-Andalus*, ilhas Baleares e a costa ocidental da Argélia.

O que originalmente era não mais que um movimento local por reformas junto aos berberes, tornou-se um grande império, alojado entre os rios Ebro e Senegal. Para o exercício do seu poder, os almorávidas fundaram no Marrocos uma nova capital, Marrakesh, relativamente equidistante aos dois extremos do Estado, mais 3.500 km de distância no sentido Norte-Sul (Figura 1).

No transcurso destes eventos, os almorávidas islamizaram boa parte do antigo Império do Ghana⁶, que ocupava partes dos atuais Mauritânia e

4. O termo seria uma transliteração castelhana do árabe *Al-Murābitūn*, cujo significado exato é ainda hoje controverso. Há quem sugira que o termo proceda de *Ribat*, da raiz *r-b-t*, ou seja, fortaleza. Muitos advogam para *Ribat*, o significado de “preparado para a batalha”. Entrementes, vertentes mais contemporâneas fazem outras avaliações, contestando conotações bélicas emprestadas ao termo. Além do significado muito próximo de conduzir a *Jihad* de modo justo, a palavra também remete à noção de atos de piedade, de devoção à causa do islã. O termo *ribat* pode, outrossim, designar o conjunto dos preceitos islâmicos, desvinculando-se de sentidos belicistas (Vide HRBEK et DEVISSE, 2011: 406).

5. O topônimo Sahel provém do árabe ساحل *sahil*, significando costa ou fronteira. Trata-se de um domínio intercalado entre o Saara ao norte e as áreas mais férteis ao sul. Forma um corredor de 500-700 km que se estende do Atlântico ao Mar Vermelho, dominado fitogeograficamente por estepes e com precipitação entre 150-500 mm/ano. Do ponto de vista orográfico e biogeográfico, o Sahel constitui a *praia do Saara*.

6. Atentar para o fato de que a atual República de *Gana*, grafada sem “h”, não tem qualquer relação com o Império do *Ghana*. A denominação *Gana* foi adotada no governo nacionalista de Kwamé Nkrumah para rebatizar a antiga Colônia Britânica da Costa do Ouro.

Mali. Sob seu governo, vicejou uma cultura mista, hispano-árabe-berbere-negra, influenciando o conjunto da população. Na África, o Estado Almorávida articulou-se num espaço com largo histórico de ocupação humana. Seu eixo foram as imemoriais rotas de comércio que uniam o Mediterrâneo à África Negra, bordejando a certa distância o Atlântico e atravessando o interior do Magreb.

Dominando um território dotado de diferentes potencialidades naturais, com influente civilização urbana e mantendo controle sobre os cobiçados caminhos que respaldavam contatos comerciais entre a África e Europa, deve-se considerar que em seu conjunto, do ponto de vista econômico, essa extensa faixa atlântica unia países de economias complementares, favorecendo trocas de todo tipo (HRBEK et DEVISSE, 2011: 425). Com base nesse quadro geográfico, os emires almorávidas auferiram poder e glória durante cem anos, quando então foram sucedidos pela nova dinastia dos almoadas.

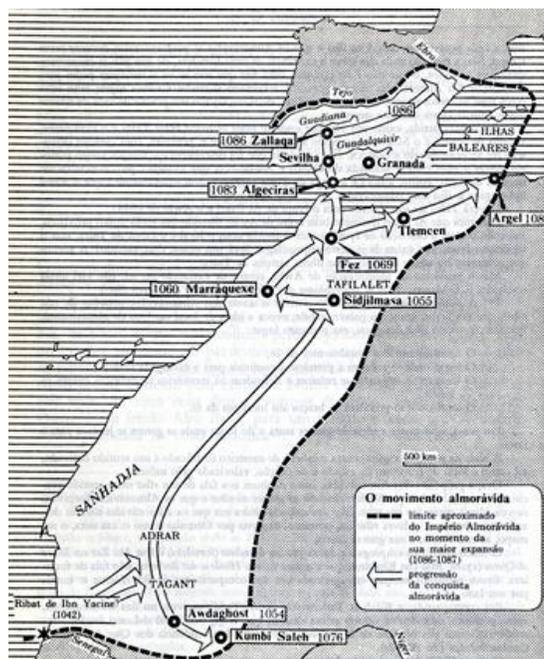


Figura 1 - Expansão Almorávida (in Ricardo da Costa, *História Afro-brasileira*, 2004)

Tendo este cenário como pano de fundo, é possível coletar representações cartográficas ocultando aspectos que de um modo ou de outro, atendem a pressupostos de um imaginário histórico-espaçial europeu. Um claro exemplo do que estaremos colocando sob discussão é o mapa da península ibérica durante o Século XII – tal como editado pelo Atlas Histórico Escolar – representando o Emirado dos Almorávidas e os reinos cristãos do período (Figura 2).



Figura 2 - O Império Almorávida na visão europeia: No mapa, o domínio ibérico dos almorávidas e os reinos cristãos da reconquista (ALBUQUERQUE, 1983:102)

Neste mapa, um dado que chama atenção é seu caráter altamente seletivo. Com efeito, embora o Estado Almorávida abarcasse vastas áreas da África Ocidental, foi destacada unicamente sua porção setentrional, isto é, sua porção peninsular. Numa leitura imediata, o mapa sugere implicitamente os atuais Espanha e Portugal como atores privilegiados na oposição aos geoestratégicos dos almorávidas, o que não corresponde plenamente à verdade.

Recorde-se que apesar da Ibéria ter sido de grande importância para os almorávidas, por si mesma ela não explicava a organização espacial do império e tampouco, suas vicissitudes políticas, culturais e históricas. Nada

neste mapa ocidental denuncia a íntima relação dos almorávidas com a África. Por tabela, exclui a proeminência geográfica da parte africana, a começar pelo fato da formação do Estado ter se iniciado no vale do Senegal.

Outro detalhe importante é que o mapa, apesar de mostrar o poder almorávida instalado na porção africana do Estreito de Gibraltar, isto em nada contradiz o viés eurocêntrico da representação cartográfica. Como se sabe, o Islam alcançou o solo ibérico cruzando este pequeno braço de mar (14,2 km).

Na contramão, este marco natural tornou-se uma meta das Guerras de Reconquista, movidas desde o século VIII contra a presença islâmica. A saber: o destaque dado a Gibraltar coaduna com o pressuposto inconfesso pelo qual os invasores serão empurrados de volta pelo mesmo estreito, explicando assim a representação desse braço de mar no mapa.

No que seria alegoria emblemática da mitologia ibérica da reconquista, seria importante rubricar que a não representação do Império Almorávida em sua plena extensão condiz igualmente com uma série de estigmas culturais que corroboram uma percepção negativa dos povos da margem sul do Mediterrâneo e do interior do continente africano.

No caso ibérico, estas noções são inseparáveis de populações que a historiografia portuguesa e espanhola classifica como “mouras”. Ora utilizado como sinônimo de muçulmano ou então para designar povos e grupos extremamente diferenciados entre si, o termo parece transitar com liberdade total por todo o continente⁷.

As fontes tradicionais européias são também pouco precisas na identificação dos onipresentes “mouros”. Além da sinonímia com os islâmicos⁸ e eventualmente com os árabes, não são incomuns as designações “mouros brancos” e “mouros negros” (*Blackmoors* em inglês).

Na realidade – e no que explica a performance inter-racial da palavra mouro – enquanto grupo os chamados mouros substantivavam bem mais uma entidade sociológica do que uma inferência antropológica. Em larga medida a terminologia diz respeito a comunidades compostas basicamente por berberes e negro-africanos, com leve miscigenação com sarracenos, que passaram por um forte processo de islamização a partir do Século VII.

7. Por exemplo, fontes portuguesas do século XVI abundam em relatos sobre a presença de milhares de mercadores “mouros” – ou seja, maometanos, entre os quais constavam árabes, persas e indianos – no Império Monomotapa, no plexo solar meridional do continente.

8. Até hoje, nas cavalhadas portuguesas e brasileiras – festividade cujo cerne é a ritualização das peijas entre cristãos e mouros – se mantém a vinculação simbólica desses últimos com o islamismo.

Outra cautela reportaria ao conceito de “bérbere”. Referindo-se a povos que tem sido repetidamente definidos como autóctones em quase todo o Norte africano, esse grupo parece ter mantido miscigenação desde o mais longínquo passado com as populações negras vizinhas. No que também importaria para esta discussão, recorde-se que a terminologia “bérbere” – que frequenta com assiduidade a literatura que versa sobre os almorávidas – não corresponde propriamente a um grupo racial.

Pondera Mário Curtis GIORDANI, os berberes, a despeito de uma série de traços culturais comuns, não se associam a uma unidade étnica: o que realmente existe são línguas de tronco comum faladas por uma heterogênea coleção de povos (1985:42/43). Assim, a palavra berbere subscreve uma *família linguística*, abrangendo muitas nações diferentes, dentre estas, inclusive aquelas cujas características físicas são fortemente marcadas pela africanidade.

Fato frequentemente esquecido existem muitas populações negras no Saara, no deserto oriental e central, e, sobretudo nos seus rincões ocidentais. Nesse último caso, trata-se dos *haratin*, cuja origem ainda é objeto de muita discussão. Formando grupos identificados com os oásis do Sul marroquino, do Saara Ocidental e da Mauritânia, os *haratin* – no que reflete a ocorrência de trocas culturais – já foram classificados como “berberes negros”.

Decerto, seria igualmente oportuno frisar que a moderna literatura histórica observa um povoamento negro do continente numa extensão bem maior do que a existente hodiernamente. Senão vejamos:

“Atual e aparentemente, atestado está que o povoamento neolítico do Saara foi amplamente dominado por negros, cujos vestígios são identificáveis até o Adrar. Posteriormente ao ressecamento climático, o povoamento branco (os líbio-berberes) avançou rumo ao Sul, chocando-se, todavia com a organização dos camponeses negros, como aqueles do Dhar Tshit, ancestrais dos soninquês de Gana. Os sítios defensivos do Dhar Tshit traduzem bem esta organização dos negros para resistirem às pressões dos nômades líbio-berberes [...] Mesmo estudando os textos árabes e as tradições orais, vemos que os Negros chegavam, na época histórica, muito mais ao Norte que atualmente. Eles dominavam o Tagant, o Awkar, o Hodh (Hawd), o Tiris e o Adrar. Uma análise destes dados permite situar os soninquês no Tagant e no Hodh, ao passo que outras partes da atual Mauritânia foram habitadas por ancestrais dos serer e dos fula. Estes dois grupos viveram, outrora, em conjunto, não somente no Sul da Mauritânia, mas, igual e posteriormente, no Fouta da Mauritânia, mas, igual e posteriormente, no Fouta Toro.” (ME-DEIROS, 2011: 155)

Outro dado significativo decorre da própria etimologia da palavra mouro. Proveniente do Latim *maurus* (plural *mauri*), a palavra *mouro* significa “negro” e/ou “escuro”⁹. Toponimicamente o termo derivou em Mauritânia, hoje designando uma nação africana independente e no passado, a província romana quem se estendia na franja noroeste da África. Portanto, estamos seja como for, diante de uma terminologia que no passado e no presente é indissociável das terras africanas.

De outra parte, contradizendo pareceres que insistem em demasia numa dicotomia opondo berberes nômades e a população sedentária negra – e conquanto a realidade dos conflitos entre estes dois grupos não possa ser negada – simultaneamente, seria válido observar que “as necessidades de ordem econômica e política conduziram os brancos e os negros a uma simbiose e a uma real cooperação. Eis a razão pela qual não é mais permitido interpretar as relações das etnias sahelianas, brancas e negras, somente em termos de enfrentamentos raciais e religiosos” (MEDEIROS, 2011: 156).

Consequentemente, no contexto do espaço articulado pelo Império Almorávida, presenciamos *populações africanas, nas quais o componente negro não pode de forma alguma ser negligenciado*¹⁰. Foi no seio de grupos racialmente compósitos, nas paragens hoje formadas pelo Saara Ocidental, Sul do Marrocos e Mauritânia, que Abdallah Ibn Yassin fez prioritariamente sua pregação, incluindo, pois, amplos segmentos de origem negra.

Não seria a toa então, como bem registrou o historiador português Antonio Borges COELHO (1973), que tambores de couro de hipopótamo fizeram eco nas planícies da Andaluzia, instigando o exército almorávida a seguir adiante. Evidência que se impõe por si mesma, tanto o couro desses tambores quanto a soldadesca nos remete diretamente para o *hinterland* da África Negra.

Em face desse mesmo arrazoado, não deve causar surpresa a existência de imagens que registrando os mouros, mostram indivíduos com traços nitidamente negro-africanos (Figura 3), uma evidência certamente muito constrangedora aos olhos da historiografia conservadora e eurocentrada.

9. A expressão “mouro”, se filiam outras palavras, tais como *mauro* e *maurício*, comumente utilizadas entre povos de língua portuguesa como nomes próprios ou ainda, fazendo presença enquanto sobrenomes.

10. Este é um dos motivos que tornam inapropriada a definição do Norte do continente formando uma “África Branca”.



Figura 3 - Iconografia retratando “mouros negros” entretendo-se no Al-Andalus – Andaluzia (Arquivos da University of North Florida: <http://www.unf.edu/classes/freshmancore/core1images/muslimhouseholdinspain-1283.jpg>)

A ÁFRICA RESGATADA E REVISITADA

Com base neste pano de fundo, o fato dos mapas escolares sobre a reconquista repetidamente mascararem a representação cartográfica do Império Almorávida é muito reveladora do regime de estereótipos elaborado pelo mundo ocidental com relação aos “outros”.

No caso, ela revela o sentimento “indigesto” de que a Ibéria foi, no passado, dominada por grupos com forte inserção geográfica no interior do continente africano. Algo que, é óbvio, cria certa dificuldade para a legitimação de uma hegemonia que o Ocidente julga ser seu monopólio. E pior: contesta que aos negros caberia um papel de subserviência inata ao homem branco.

Todavia, no que evidencia a força das inflexões políticas na construção que incorporamos a respeito das imagens do mundo, esse quadro se altera fortemente quando o ponto de vista é o dos africanos e não o dos europeus.

Por sinal, no que serve de alerta para aqueles que no Brasil teimam em relegar a contribuição africana para um segundo plano, os acervos culturais de origem moura não são estranhos nem na paisagem, nem no dia-a-dia dos brasileiros (Vide CÂMARA-CASCUDO, 2001).

Trazidos por portugueses e espanhóis, toda sorte de legados se incorporaram silenciosamente na forma de ser do brasileiro. Hábitos culinários, o uso do turbante, muxarabis, maneirismos sociais, a utilização

de alpargatas, a crença em sereias, modalidades de dança, estilos musicais, técnicas de montar cavalos, manifestações folclóricas e formas arquitetônicas, seriam algumas das variadíssimas marcas de origem moura presentes no panorama etnográfico nacional.

Assim sendo, o dinamismo que magnetiza a sociedade humana incorpora o contraditório e a apresentação de outras visões de mundo, que se indispõem com os modelos eurocêntricos voltados para a representação do tempo e do espaço.

É deste modo que chegamos ao mapa escolar do PAIGC (Figura 4).

Representação cartográfica voltada para revelar o papel da África na construção da sociedade moderna, esta carta nos mostra a extensão completa do espaço almorávida, assim como sua relação com o Ghana e outros marcadores espaciais da geografia africana, e em particular, com a densa rede hidrográfica, denunciando os contatos desse império com territórios ainda mais meridionais do continente.



Figura 4 - O Império Almorávida numa visão africana (PAIGC, 1975:29)

Voltado para educar as novas gerações de africanos e inspirá-los na luta pela independência, este mapa é em si mesmo revelador da disparidade de móveis que magnetizam a construção da consciência política, assim como o importante papel desempenhado pela cartografia neste processo (WALDMAN, 2010).

Para concluir, podemos arremedar que a liberdade não é apenas um sentimento ou uma forma de percepção do real. Ela é uma expectativa que busca uma materialidade.

Daí também ser, a seu modo, um compromisso com o espaço, com uma geografia que por pretender-se livre, torna-se um privilegiado caminho para a esperança.

WHERE IS THE "ALMORAVID EMPIRE"? DIVERGENT READINGS OF SPATIAL REPRESENTATION OF THE AFRICAN PAST BY THE EDUCATIONAL CARTOGRAPHY

Summary: Repeatedly, cartography has been presented as a technical discipline, even though true, cannot omit another truth: that maps are images which construction involves fruitful cultural and political orders. As such this interpretation is reflected in the matrix of spaces representing groups, peoples and cultures that are part of a system of negative stereotypes within Western thought. In particular, this statement is true for the African continent. The text that follows, evaluates this nuance based on the comparison of two cartographic representations of the Empire Almoravid: one of them present in a Brazilian school Atlas and another, coming from an African textbook. The different notions seconded the two images are one of the many statements of how the mapping can work towards schemes linked to asymmetric forms that travel among different groups, reflecting differing paradigms and opposing each other.

Keywords: Cartography school; perception of space; western Imaginary; black Africa; racial prejudice.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício *et Alli*. *Atlas Histórico Escolar*. 8. ed., revista e atualizada. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura-Fundação Nacional de Material Escolar. 1983;

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Quilombos: Geografia Africana – Cartografia Étnica, Territórios Tradicionais*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria. 2009;

_____. 1989, *A Utilização dos Recursos da Cartografia Conduzida para Uma África Desmistificada*, Revista Humanidades, n° 22, Retratos da África, pp. 12/32, São Paulo, SP;

APPIAH, Kwame Anthony. *Na Casa do Meu Pai – A África na Filosofia da Cultura*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Contraponto. 1997;

BOARD, Christopher. *Os Mapas como modelos*. In Modelos físicos e de informação em Geografia. Chorley, Richard J. et Hagget, Peter. Co-edição Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e Livros Técnicos e Científicos S.A. São Paulo e Rio de Janeiro. 1975;

CÂMARA-CASCUDO, Luís da. *Mouros, Franceses e Judeus – Três Presenças no Brasil*. São Paulo: Global Editora. 2001;

COELHO, António Borges. *Comunas ou Conselhos* (Cadernos de Hoje, n. 13). Portugal: Prelo Editora. 1973;

COSGROVE, Denis. *Geography and Vision Seeing, Imagining and Representing the World*. Londres e Nova York: I. B. Tauris, 2008;

COSTA, Ricardo da Costa, *História Afro-brasileira, A expansão árabe na África e os Impérios negros de Gana, Mali e Songai (sécs. VII-XVI)*. 2004; Acesso: <http://www.ricardocosta.com/pub/imperiosnegros2.htm>

COSTA E SILVA, Alberto. *O Brasil, a África e o Atlântico no Século XIX*. Rio de Janeiro (RJ): Instituto de Estudos Avançados. 1994. Disponível on line em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n21/03.pdf> (acesso em 13-12-2006);

CRUZ, Fátima da. *Mapas: (Re) Cortes Coloniais*. A Cabo dos Trabalhos: Revista Eletrônica dos Programas de Mestrado e Doutorado do CES/FEUC/FLUC. N.1, 2006; <http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/ensaios.php>

DUBY, Georges. *Atlas Historique Mondial*. Paris (França): Larousse – Essays et Documents. 2011;

GALEANO, Eduardo. *Patatas arriba – La escuela del mundo al revés*. Buenos Aires (Argentina): Catálogos S.D.L. 1998;

GIORDANI, Mário Curtis. *História da África Anterior aos Descobrimentos*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 1985;

HRBEK, Ivan. *A África no contexto da história mundial* in *História Geral da África*. Volume III, Capítulo 1. Brasília: UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010;

HRBEK, Ivan et DEVISSE, Jean. *Os Almorávidas* in *História Geral da África*. Volume III, Capítulo 13. Brasília: UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010;

HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque das Civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro (RJ): Objetiva. 1997;

LOWENTHAL, David. *Geografia, Experiência e Imaginação: Em Direção a Uma Epistemologia Geográfica*, in *Perspectivas da Geografia*, Antonio Christofoletti (Org.), DIFEL, 2. ed., São Paulo. 1985;

MEDEIROS, François de. Os povos do Sudão: movimentos populacionais in *História Geral da África*. Volume V, Capítulo 13. Brasília: UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010;

- OLIVEIRA, Cêurio de. *Dicionário Cartográfico*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE. 1983;
- OLIVEIRA, Livia de. *Estudo Metodológico e Cognitivo do Mapa*, IGEOG/USP (São Paulo): Série Teses e Monografias, n. 32. 1978;
- O'LOUGHLIN, John. *Spatial analysis in political geography*. In *A companion to political geography*. John Agnew, Katharyne Mitchell e Gerard Toal (Org.), p. 30-46. 2. ed. Reino Unido, Oxford: Blackwell. 2003; Disponível *on line* em: http://www.colorado.edu/ibs/pec/johno/pub/Companion_to_Pol_Geog_2003.pdf
- PAIGC, *História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde*. Porto, Portugal: Edições Afrontamento. 1975;
- PAULME, Denise. *As Civilizações Africanas*. Lisboa: Publicações Europa-América. 1977;
- WALDMAN, Maurício. *Cartografia de África: mapas, toponímia e modelos de percepção*. Artigo eletrônico disponibilizado no site Geocarto.org – Website de Geografia e Cartografia. 2010; Acesso: <http://geocarto.org/mapToponimiaMW.html>
- _____. *O Imaginário de África na Cartografia de Guilherme Blaeu*. Poços de Caldas (MG): IIIº Seminário das Relações Interétnicas e Igualdade Racial e Cultural na Educação. 2009; Acesso: http://www.mw.pro.br/mw/geog_imaginario_de_africa_na_cartografia_de_guilherme_blaeu.pdf
- _____. *Arquétipos, Fantasmas e Espelhos*. Geousp n. 23, Revista de Pós-Graduação da Geografia USP. São Paulo: Depto de Geografia USP. 2008; Acesso: http://www.mw.pro.br/mw/antrop_arquetipos_fantasmas_e_espelhos.pdf
- _____. *Imaginário, Espaço e Discriminação Racial*. In. Revista GeoUSP, Espaço e Tempo, n. 14, pp. 45-64, Revista da Pós-Graduação do Depto de Geografia da Universidade de São Paulo, 2004; Acesso: http://www.mw.pro.br/mw/antrop_imaginario_espaco_e_discriminacao_racial.pdf
- _____. *Africanidade, Espaço e Tradição: a topologia do imaginário africano tradicional na fala griot de Sundjata Keita do Mali*. Texto considerado relevante pelo Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS - França). São Paulo (SP): África - Revista do Centro de Estudos Africanos da USP, v. 20/21, p. 219-268, 2000; Acesso: http://www.mw.pro.br/mw/antrop_africanidade_espaco_e_tradicao.pdf
- _____. *Metamorfoses do Espaço Imaginário*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). FFLCH-USP: Depto de Antropologia. 1997;
- WALDMAN, Maurício *et alli*. *Memória D'África – A Temática Africana em Sala de Aula*. São Paulo: Cortez Editora. 2007. Saiba mais: http://www.mw.pro.br/mw/mw.php?p=antrop_memoria_d_africa&c=a

Sobre o autor

MAURÍCIO WALDMAN. Pós-Doutorando em Relações Internacionais (FFLCH-USP, com projeto financiado pela FAPESP). Pós-Doutor em Geografia (Instituto de Geociências da UNICAMP) e Doutor em Geografia (FFLCH-USP). Colaborador do Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP). Autor de *Memória d'África - A temática africana em sala de aula* (Cortez Editora, 2007).

Recebido para avaliação em 30 de julho de 2012

Aceito para publicação em 15 de agosto de 2012